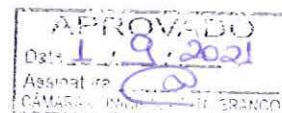




GABINETE DO VEREADOR ROMULO FAGGION - PSL

Excelentíssimo Senhor
Joecir Bernardi
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

REQUERIMENTO Nº 978/2021



Requer ao Executivo Municipal, informações referente a resposta contida no Ofício nº 118/2021, oriundo da Secretária Municipal de Meio Ambiente, referente a venda de patrimônio público do Município o qual ocorreu no Parque de máquinas de nossa cidade.

O vereador infra-assinado, **Romulo Faggion - PSL**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o contido no Ofício n.º 118/2021, oriundo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de 27/08/2021, este em resposta ao Requerimento Legislativo n.º 836/2021, datado de 04/08/2021, que tem como assunto explicações, da possível venda do patrimônio público do Município o qual ocorreu na Garagem/Parque de máquinas de nossa cidade, requer ao **Executivo Municipal** que:

- a)** Envie a Portaria de Exoneração do servidor envolvido na ilegalidade administrativa (*"Assim que tivemos conhecimento do ocorrido, foram tomadas todas as providências legais cabíveis. Dessa forma, foi [...] efetuada a exoneração imediata do servidor, considerando ser a penalidade máxima administrativa a ser aplicada."*).
- b)** Encaminhe documentação atestando a afirmação da Secretária de Meio Ambiente, Senhora Keli Starck, que *"foi providenciado o retorno de todo o material retirado às dependências da Garagem Municipal"*.

Justifica-se o pedido das referidas documentações, pois, não bastam meras alegações por escrito que foram tomadas providências, há explícita necessidade de comprovações; princípios do bom direito, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da boa administração e, logicamente, da ampla defesa.





**CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO**

Câmara Municipal de Pato Branco




PROTOCOLO GERAL 2448/2021
Data: 01/09/2021 - Horário: 09:23
Legislativo - REQ 978/2021

Requerimento legislativo pautado no direito à informação e de fiscalizar, conforme artigo 14, da LOM, e, prioritariamente, o disposto no artigo 37, caput, da Constituição Federal: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 1º de setembro de 2021.


Romulo Faggion
Vereador – PSL



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1523



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorromulo@patobranco.pr.leg.br

